

Conquistas e desafios após dez anos da Lei Maria da Penha

(EBC Rádios, 12/08/2016) Bate-papo Ponto Com falou sobre as conquistas e desafios que ainda estão na pauta da violência contra a mulher

No último dia 7 de agosto, o Brasil comemorou uma década da lei 11.340, batizada de Maria da Penha. E o Bate-papo Ponto Com da última quarta-feira (10) abriu espaço para apresentar as conquistas e desafios que ainda estão na pauta da violência contra a mulher.

Leia mais:

[Entrevista: Conheça Maria da Penha, a mulher e a Lei \(Radioagência Nacional, 12/08/2016\)](#)

[Lei Maria da Penha completou 10 anos no dia 07 de agosto \(EBC Rádios, 12/08/2016\)](#)

Um dos serviços citados durante o programa foi o Disque 180, que recebe denúncias de abusos e agressões até no exterior. Estiveram nos estúdios da MEC AM para tratar exclusivamente do tema a professora e ex-secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Nilceia Freire, a psicóloga e pesquisadora na área de gênero e violências, Cecília Soares e a ex-subsecretária da mulher no Estado do Rio de Janeiro, Adriana Mota. Segundo as entrevistadas, a lei Maria da Penha garantiu um freio moral para a sociedade brasileira.

Para saber mais, clique [aqui](#) e ouça a íntegra do programa.

O Bate-papo Ponto Com vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 11h, pela Rádio MEC AM Rio. Se preferir, ouça também o programa, ao vivo, aqui no link da Rádio MEC AM. Curta a nossa página no Facebook.

Acesse no site de origem: [Conquistas e desafios após dez anos da Lei Maria da Penha \(EBC Rádios, 12/08/2016\)](#)

Viva Maria: Mortalidade materna ainda é um desafio de saúde pública

(Radioagência Nacional, 27/05/2016) Na véspera do 28 de maio - Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, Viva Maria faz questão de lembrar à sociedade brasileira a importância do atendimento à saúde da mulher durante a gravidez, o parto, o pós parto e também em casos de aborto que estão entre as causas específicas de morte materna e respondem por 80% dos óbitos que têm como motivação as hemorragias.

Por sua importância e desdobramentos o tema Mortalidade Materna nos idos do ano 2000 foi alvo até de uma CPI com objetivo de investigar as causas dos índices alarmantes de morte materna no Brasil. Na época, a Dra Tania Lago era coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde! Hoje, Dra Tania é Professora do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências da Santa Casa, em São Paulo. E é com ela que a gente conversa agora!

Viva Maria : Programete que aborda assuntos ligados aos direitos das mulheres e outros aspectos da questão de gênero. É publicado de segunda a sexta-feira. [Acesse aqui as edições anteriores.](#)

Acesse no site de origem: [Viva Maria: Mortalidade materna ainda é um desafio de saúde pública \(Radioagência Nacional, 27/05/2016\)](#)

Balanço da SPM constata superações e desafios para as brasileiras

(SPM, 12/05/2016) As três secretárias da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, demonstraram nesta quarta-feira (11) à plenária da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (4ª CNPM) números que comprovam, de um lado, avanços nas políticas, programas e ações voltados às mulheres, e de outro, o quanto o Brasil ainda é carente destes instrumentos.

A apresentação compôs o painel Balanços e Desafios das Políticas Públicas para as Mulheres. Foi conduzida pelas secretárias de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Aparecida Gonçalves, de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Tatau Godinho, e de Articulação Institucional e Ações Temáticas, Rosali Scalabrin.

Leia mais: [Eleonora Menicucci fala sobre os avanços das políticas para as mulheres \(SPM, 11/05/2016\)](#)

Por exemplo, o salto de 700%, nos últimos 13 anos, no número de órgãos de serviços especializados à mulher em todo o país ainda é insuficiente para fazer com que eles atinjam 10% dos municípios brasileiros. Esta é a realidade que Aparecida Gonçalves, do Enfrentamento à Violência, tem em mãos. Ela considerou que um dos desafios a serem discutidos é aumentar o alcance desta rede de atendimento e fazer com que mais municípios criem seus próprios serviços.

Ela listou as principais ações em curso no país, com destaque para a Casa da Mulher Brasileira. Duas unidades já funciona, em Brasília (DF) e em Campo Grande (MS). Sete estão em construção.

A secretária ainda abordou outras iniciativas do programa Mulher, Viver sem Violência, em andamento. Como a ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Disque 180, os Centros de atendimento à mulher em regiões de fronteira, as unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência. Estas unidades são ônibus e barcos. Já foram entregues 54 delas em todo país.

Anunciou ainda que o Ligue 180 agora atende também as mulheres com deficiência. O número para isso é o (61)3799-0181.

Participação política - A secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas, Rosali Scalabrin, abordou a urgência de as mulheres terem maior influência na disputa política. “Essa conferência é um processo rico e desafiador, que sinaliza que ainda temos um longo caminho pela frente, inclusive no que preconiza o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres -ele prevê, dentre outras coisas, o aumento da participação das mulheres nos espaços de poder e na vida política do país”.

Scalabrin colocou como outro importante desafio a criação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres. “Precisamos garantir que as ações e políticas públicas voltadas ao atendimento à mulher se tornem ações permanentes de Estado, e não apenas dos governos. Esse é um importante desafio para esta conferência, que sabemos que foi feita com muita luta, emoção e sacrifício”, contou.

Trabalho - Já a Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres Tatau Godinho fez um balanço sobre os avanços relacionados ao mercado de trabalho e o aumento da renda das mulheres nos últimos 13 anos. De acordo com a secretária, a política de valorização do salário mínimo e a criação de cerca de 20 milhões de novos postos de trabalho formais no país provocaram a melhoria da qualidade de vida das mulheres.

“O Brasil de 15 anos atrás não é mais o mesmo para as mulheres. Elas tiveram um grande aumento de renda. Isso se deve a uma série de fatores, incluindo a política de valorização do salário mínimo, além das ações de combate à pobreza e a redução da desigualdade social em curso no país”, listou.

Outras ações e programas que impactaram diretamente na autonomia econômica e financeira das mulheres, segundo a secretária, são as que garantiram o acesso à moradia e direitos trabalhistas para as mulheres.

“Mais de 80% das chaves das casas do Minha Casa, Minha Vida foram entregues para as mulheres.” Isto, segundo ela, garante segurança para as mães de família de todo o país. Outra ação que impactou bastante a vida das mulheres foi o programa Luz para Todos. “Ele transformou a vida de milhares de famílias em todas as partes do país”, destacou.

Silvana Conti, integrante do Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres (CNDM), apontou a diversidade das mulheres presentes na Conferência e ressaltou a importância, para isso, do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Ela integra a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e demonstrou preocupação com a possibilidade de retrocesso dos direitos das mulheres LGBTs. Conti pediu uma ampla mobilização das mulheres pela manutenção de conquistas da comunidade LGBT nos últimos 13 anos.

O debate foi mediado pela integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Schuma Schumacher.

Lançamento - O lançamento da publicação “Mais Igualdade para as Mulheres Brasileiras: caminhos de transformação econômica e social” proporciona uma avaliação dos resultados de políticas sociais inclusivas e de enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e etnia no país. A cartilha foi editada pela ONU Mulheres Brasil e pelos ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Conferência - Realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), a 4ª CNPM reúne cerca de três mil participantes de todas as regiões do país. Com o tema “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres”, a conferência segue até esta quinta-feira (12), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

Com informações da 4ª
Conferência: <http://www.spm.gov.br/4cnpm/noticias/balanco-da-spm-constata-superacoes-e-desafios-para-as-brasileiras-1>

Acesse no site de origem: [Balanco da SPM constata superações e desafios para as brasileiras \(SPM, 12/05/2016\)](#)

No Dia Nacional da Visibilidade Trans, ONU lembra avanços e desafios no Brasil

(ONU Brasil, 29/01/2015) Em declaração emitida pela ONU no Brasil para lembrar a data, a Organização lembra que “em todas as regiões do mundo há relatos de discriminação e outros tipos de violência contra a população trans”

Nesta quinta-feira (29) comemora-se, no Brasil, o Dia Nacional da Visibilidade Trans e em 2015, a data tem por objetivo alertar os brasileiros para a discriminação e violência a que são submetidos os homens e mulheres trans e chamar a atenção para a necessidade de propor medidas que assegurem sua proteção e a garantia de seus direitos humanos.

Em Declaração emitida para lembrar a data, a ONU no Brasil lembra que, em todas as regiões do mundo, “há relatos de discriminação e outros tipos de violência contra a população trans”. Desde 2011, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas tem produzido relatórios sobre legislação e práticas discriminatórias baseadas na orientação sexual e identidade de gênero de indivíduos para colaborar com este assunto.

De acordo com o Registro de Violência contra as Pessoas LGBTI na América, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos (OEA), divulgado em dezembro de 2014, o Brasil é o país

líder no continente em número de mortes violentas de pessoas trans: apenas entre janeiro de 2013 e março de 2014, o Brasil registrou 140 casos, seguido do México (40), Venezuela (18), e Colômbia (17). “Ser uma pessoa trans, portanto, é correr o iminente risco de ser assassinada, violentada, privada de sua liberdade e dos serviços básicos prestados à população”, diz a Declaração da ONU no Brasil.

Mas, lembra a Declaração, “as pessoas trans não sofrem apenas por conta da especial violência exercida contra elas, mas são uma população vulnerável em múltiplas dimensões”.

Apesar dos avanços do país nesta área, como quando o “Brasil liderou em 2014 o processo de adoção no Conselho de Direitos Humanos da ONU de uma resolução sobre orientação sexual e identidade de gênero”, a declaração da ONU acredita que estes ainda não são suficientes. O documento emitido nesta quinta, lembra que “de acordo com pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros de 2012 que recolhe dados das 5.565 cidades no país, 99 municípios (1,8%) desenvolviam em 2011 programas acerca do reconhecimento de direitos fundamentais; 79 cidades brasileiras aprovaram medidas anti-homofobia; e 54 (1%) atuam sobre o reconhecimento do nome social adotado por travestis e transexuais’.

Acesse no site de origem: [No Dia Nacional da Visibilidade Trans, ONU lembra avanços e desafios no Brasil \(ONU Brasil, 29/01/2015\)](#)

Ministra Luiza Bairros apresenta destaques de quatro anos de promoção da igualdade racial

(SEPPIR, 04/12/2014) Exposição fez parte da programação do evento de balanço de gestão da SEPPIR no período de 2011 a 2014. Entre

representantes da sociedade civil, governos municipais, estaduais e do DF, instituições parceiras e servidores do órgão federal, a atividade teve a participação de cerca de 400 pessoas

Leia também: [ONU denuncia possível padrão de impunidade em brutalidade contra negros \(EFE, 05/12/2014\)](#)

Entre 2013 e 2014, as vagas nas universidades federais cresceram 9,8%. No mesmo período, essa ampliação foi de 38% para estudantes cotistas. O dado revela mudanças no perfil étnico-racial das instituições de ensino superior e foi apresentado ontem (04/12) pela ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial) no evento de balanço de gestão da SEPPIR, órgão da Presidência da República que coordena desde o início do mandato da presidenta Dilma.

Além das medidas adotadas para ampliar o acesso de pessoas negras às universidades, a chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) falou de ações afirmativas em outras áreas. No campo do trabalho, destacou a reserva de vagas em concursos públicos federais e o Programa Bolsa Prêmio Vocação para a Diplomacia, do Ministério das Rela es Exteriores, que já beneficiou 354 candidatos, 20 dos quais aprovados no concurso de admissão da carreira diplomática.

No segmento cultural, o destaque foi dado aos editais de apoio a projetos de artistas negras e negros que, segundo o presidente da Funda o Cultural Palmares, Hilton Almeida Cobra, contaram com recursos da ordem de R\$34 milhões nos últimos dois anos.

Mas foi com o Sistema Nacional de Promo o da Igualdade Racial (Sinapir) e o Sistema de Monitoramento da Política, que a ministra iniciou sua apresenta o no evento "SEPPIR: Balanço de Gestão 2011-2014". Ela explicou que estas ferramentas foram fundamentais no esforço pela institucionaliza o da política, favorecendo a descentraliza o, o fortalecimento de órgãos e conselhos sobre a temática, o aprimoramento da gestão de dados e a constitui o de um espaço de pactua o, o Fórum Intergovernamental de Promo o da Igualdade Racial, o Fipir.

Perspectiva racial

A fala da ministra Luiza Bairros destacou a incorporação da perspectiva racial no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), a partir da adoção de ações afirmativas, mas, também, pelo fortalecimento de ações para comunidades tradicionais, a promoção de direitos da juventude negra, e as iniciativas para reversão da representação negativa da pessoa negra.

Resultados do Programa Brasil Quilombola (PBQ), como a instalação da Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola e a aprovação das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar para o segmento, estiveram entre os destaques relacionados ao fortalecimento de ações para comunidades tradicionais. Assim também o Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades de Matriz Africana e o I Encontro Nacional dos Povos Ciganos, realizado ano passado, em Brasília.

No eixo ‘promoção de direitos da juventude negra’, o Plano Juventude Viva foi relevado como articulação entre 11 ministérios, presente em seis estados e uma capital. Lançado inicialmente no estado de Alagoas, o plano tem iniciativas focadas na desconstrução da cultura de violência; na inclusão e criação de oportunidades e garantia de direitos; na transformação do território; aperfeiçoamento institucional; mobilização e acompanhamento do plano.

Reversão

Com a perspectiva de contribuir para a reversão das representações negativas da pessoa negra, a ministra lembrou ações como os editais de cultura e produção artística, lançados em parceria com o Ministério da Cultura; falou sobre o seminário de comunicação sem racismo; sobre o Curso de Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas; o apoio a encontros nacionais da Conajira (Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial).

Mereceu destaque, ainda, a parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que, além da veiculação da novela angolana Windeck, prevê apoio à produção e circulação de conteúdos audiovisuais. As campanhas ‘Juventude Viva’ e ‘Igualdade Racial é pra Valer’, que mobilizou a Caixa Econômica, o Senado e a Câmara Federal, os Correios, a Casa da Moeda, os Estados da

Bahia e do Rio de Janeiro, entre outras instituições, também foram lembradas.

Outros eixos tratados na apresentação da ministra para sintetizar a atuação da SEPPIR no período foram o 'Acompanhamento Legislativo' e a 'Participação Social'. Este último, foi base para a realização da terceira Conferência de Igualdade Racial, instituição do processo eleitoral para composição do Conselho da pasta, audiências do movimento negro com a presidenta, Fórum Interconselhos e a consulta para implementação do Sinapir.

A cooperação internacional também foi focada, com destaque para os organismos internacionais como as agências das Nações Unidas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, mas a ministra resgatou o Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes (Afro XXI), realizado em Salvador, no primeiro ano de sua gestão, para falar da articulação regional feita pela SEPPIR no período.

Acesse no site de origem: [Ministra Luiza Bairros apresenta destaques de quatro anos de promoção da igualdade racial \(SEPPIR, 04/12/2014\)](#)

Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios

(CFEMEA, 27/11/2014) As acirradas eleições deste ano, que tiveram início em 5 de outubro e foram concluídas no dia 26 de mesmo mês com o segundo turno, apresentaram-nos antigos problemas referentes à representação política das mulheres, bem como novas preocupações.

Acesse aqui o documento em PDF: [Análise das eleições - Mulheres eleitas em 2014: velhos e novos desafios](#)

Ativistas listam desafios das mulheres para o próximo mandato

(Portal EBC, 30/10/2014) Educação é uma das palavras mais pronunciadas quando se aborda os desafios para a consolidação dos direitos das mulheres, no próximo mandato presidencial. Há um consenso sobre isso entre as ativistas de movimentos sociais que participaram, na terça (4) e quarta-feira (5), da última reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) neste ano.

A lista de prioridades, definida por elas, manda trabalhar as questões de gênero, raça e orientação sexual nas escolas, desde a educação infantil, enquanto fundamentos necessários para uma sociedade igualitária, de acordo com Schuma Schummaher, da Articulação de Mulheres Brasileiras. “Temos que mudar a mentalidade, preparar a geração futura para que ela tenha a perspectiva diferenciada da igualdade entre homens e mulheres”, disse ela.

As participantes do CNDM se posicionam também a favor da descriminalização do aborto, o mais rápido possível, conforme avaliação de Silvana Conti, da Liga Brasileira de Lésbicas. Segundo ela, é preciso tratar o aborto como questão de saúde pública. “O aborto é um dos temas mais complexos, porque tem um corte de classe e raça. São as mulheres negras e pobres que continuam morrendo ao fazerem abortos. As que têm dinheiro, fazem e saem muito bem. Aborto deve ser um direito das mulheres, e uma

questão de saúde”, destacou.

Para Maria das Dores Almeida, representante da Articulação das Mulheres Negras Brasileiras, o que precisa avançar é o enfrentamento ao racismo institucional, pois “essa discriminação tem impedido que muitas políticas sejam efetivadas de fato”.

As mulheres defendem também uma reforma política que obrigue os partidos políticos a fazerem listas fechadas, alternando um candidato e uma candidata para os cargos proporcionais. Segundo a ministra da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) e presidente do CNDM, Eleonora Menicucci, essa demanda é um consenso entre as integrantes do conselho, uma vez que menos de 15% das cadeiras do Congresso Nacional serão ocupadas por mulheres na próxima legislatura.

“O TSE [Tribunal Superior Eleitoral] começou a cobrar a cota de 30% de mulheres candidatas, mas não houve mudança de mentalidade dos partidos. Não era apenas cumprir a cota, colocando qualquer nome feminino como laranja, mas investir nessa candidatura. De modo geral, os partidos fizeram a inscrição das candidatas, mas no transcorrer do processo elas têm menos dinheiro, menos espaço, não são prioridade para os partidos”, avaliou Shuma.

Para a ativista, as barreiras da sociedade foram ao menos simbolicamente quebradas, com a eleição de uma presidenta pela segunda vez. “Agora falta os partidos investirem nas candidaturas para as mulheres serem vistas e lembradas”, enfatizou.

De modo geral, Menicucci avalia que o maior desafio da SPM é desenvolver políticas que abranjam toda a diversidade de mulheres brasileiras: ribeirinhas, sertanejas, lésbicas, negras, urbanas, entre outras. “Um desafio que acho enorme é a incorporação da perspectiva de gênero, raça e orientação sexual para o diagnóstico de qualquer problema na formulação de políticas públicas”, ressaltou.

Aline Leal

Acesse no site de origem: [Ativistas listam desafios das mulheres para o próximo mandato \(Portal EBC, 30/10/2014\)](#)

Comunicação: TV e rádio enfrentam novos e velhos desafios

(Agência Brasil, 25/09/2014) Tudo o que chega ao espectador por meio do rádio ou da televisão tem que passar pelo espectro eletromagnético, conjunto de ondas eletromagnéticas de diferentes frequências. O espectro é como uma estrada por onde trafegam carros. Assim como a estrada, esse espaço é limitado. Para utilizá-lo, é preciso obter uma concessão pública dada pelo Estado. Por isso, a transmissão de sons ou de sons e imagens, a radiodifusão, é um serviço público, de interesse nacional e deve ter finalidade educativa e cultural, de acordo com o que estabelece o Ministério das Comunicações.

Leia mais:

[Comunicação: sociedade cobra ampliação do acesso à internet \(Agência Brasil, 30/09/2014\)](#)

[Comunicação: celular está no centro da convergência tecnológica \(Agência Brasil, 29/09/2014\)](#)

[Comunicação: veículos públicos mostram diferencial, mas buscam ser reconhecidos \(Agência Brasil, 26/09/2014\)](#)

[Comunicação: saiba como funciona e o que movimenta o setor \(Agência Brasil, 24/09/2014\)](#)

Em todo o mundo, a forma de prestação desse serviço é bastante distinta. Na Inglaterra, por exemplo, o Estado tomou para si esse papel, por isso, desenvolveu um sistema público de comunicação forte, que tem na BBC o seu maior exemplo. No Brasil, o modelo adotado foi o comercial, mantendo-se, paralelamente, o controle das outorgas centralizado no Poder Executivo.

Assim, as maiores empresas de radiodifusão do país são privadas. Especialistas em comunicação defendem que, ao longo da história, essas empresas buscaram manter relações próximas com os governantes no poder que, muitas vezes, também se beneficiaram explorando ou distribuindo concessões e angariando força política.

O professor da Universidade de Brasília (UnB) Murilo Ramos explica que essa organização beneficiou as empresas comerciais. “Você tinha um enorme sistema de empresas trabalhando com comunicação, opinião pública, jornalismo, completamente livre de qualquer legislação atualizada e de qualquer possibilidade de o Estado agir e regulamentar esse sistema”, destaca.

De acordo com Ramos, nos Estados Unidos, diferentemente, foram fixadas normas que impediam que um grupo de TV aberta tivesse mais de 35% da audiência, por exemplo. Também na Inglaterra e na França, regras impediram a concentração do mercado e buscaram promover a concorrência entre as empresas e a diversidade de opiniões na mídia.

No Brasil, algumas leis não foram regulamentadas, como o trecho da Constituição Federal que proíbe que um mesmo grupo tenha canais de rádio e televisão, mas há regras. Segundo o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, os meios devem garantir 5% de jornalismo na programação, veicular, no máximo, 25% de publicidade no tempo total da programação e abrir espaço para o horário eleitoral gratuito, entre outras obrigações. Além disso, devem ter finalidade educativa e cultural.

Para especialistas ouvidos pela Agência Brasil, contudo, a legislação está defasada. Além disso, o cumprimento dessas atribuições não tem como ser fiscalizado. Tanto que, embora a concessão de TV tenha um prazo de 15 anos e a de rádio, de dez anos, é comum que os contratos sejam renovados sem avaliação ou debate público.

“O problema é a inexistência de contratos de concessão claros, transparentes e com níveis de detalhamento de direitos e deveres, como você tem, por exemplo, nos contratos de concessão da telefonia fixa”, defende Ramos. Ele argumenta que, assim como uma empresa concessionária do serviço de

transporte de ônibus tem que garantir linhas e qualidade na oferta, o mesmo deveria ocorrer com a comunicação.

Organizações que atuam no setor apontam outros descumprimentos. É o caso do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, que fez um levantamento mostrando que as emissoras arrendam parte da programação para veiculação de publicidade ou conteúdos transmitidos por igrejas. De acordo com o grupo, a Rede 21, ligada ao Grupo Bandeirantes, por exemplo, arrenda 92% da programação. Procurado pela Agência Brasil, o grupo não se pronunciou sobre o assunto.

O coletivo também denuncia violações de direitos humanos na mídia e a falta de punição nesses casos. Neste mês, o Ministério das Comunicações acatou representação de mais de vinte organizações da sociedade civil que denunciaram a veiculação do estupro de uma criança de 9 anos pela TV Cidade, emissora do Ceará. A penalidade, de R\$ 23.029,34, é a maior já estabelecida pelo ministério, segundo o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) do Ceará, uma das entidades autoras da ação.

Para a jornalista Bia Barbosa, da coordenação do Intervozes, o resultado desse cenário marcado pela concentração da propriedade e da falta de regras “é esse discurso que, muitas vezes, parece para a população como sendo o mesmo para vários assuntos”. Assim, “a diversidade que existe na nossa sociedade, seja diversidade regional, cultural, de visões políticas, de leituras de mundo, infelizmente, não está refletida na mídia”, avalia.

Para garantir mais pluralidade, algumas medidas são defendidas pela sociedade civil. Uma delas é a instituição de cotas na programação para a veiculação de conteúdos independentes. É o que estabelece a Lei 12.485, que trata do Serviço de Acesso Condicionado (Seac), mais conhecido como TV paga. A regra fixa que canais de filmes e séries devem garantir a exibição de conteúdos audiovisuais brasileiros por três horas e meia por semana e no horário nobre.

O professor da UnB Fernando Paulino considera que, se o princípio constitucional da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal fosse colocado em prática, haveria mais “condições para que se

estabelecesse um serviço público de mídia com mais informações sobre a diversidade cultural que compõe o mosaico da sociedade brasileira, e também com informações jornalísticas que tenham em consideração uma possibilidade maior de vozes”.

Apesar das críticas ao modelo adotado no Brasil, o professor destaca um aspecto positivo: o fato de os meios comerciais terem estruturado uma rede que abarca todo o país e por meio da qual circulam conteúdos de qualidade, tanto jornalístico quanto de entretenimento.

Concorrência com novas tecnologias preocupa radiodifusores

O presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero, defende que o setor é bastante regulado e diverso. Ele ressalta que existem no Brasil, hoje, 8.855 veículos comerciais, 4.556 licenciados para funcionar como radiodifusão comunitária e 298 que prestam serviço educativo, de acordo com dados de 2013 do Ministério das Comunicações.

Além disso, a Abert argumenta que as empresas têm prestado, desde os anos 1950, um papel relevante no desenvolvimento econômico e cultural do país, ajudando a constituir uma identidade comum aos brasileiros. “Nós consideramos que a televisão tem uma contribuição significativa nesse processo”, afirma Slaviero.

Nos últimos anos, mudanças tecnológicas, econômicas e políticas têm trazido novos desafios para o setor. Com a privatização da telefonia e a abertura para a entrada do capital estrangeiro nos negócios da comunicação no Brasil, empresas privadas e transnacionais de telecomunicações, que atuam na telefonia, na internet e na TV paga, passaram a ocupar um lugar de destaque. Diante desse cenário, o setor se preocupa em manter o seu lugar e sua audiência.

“No início da televisão, do rádio, você só tinha três veículos, basicamente, para receber informação e consumir conteúdo audiovisual”, conta. “Com o avanço da televisão a cabo, com o avanço da internet, com as mídias sociais e, principalmente, dos dispositivos móveis, a população, o cidadão tem várias

maneiras com que ele é impactado, com que ele é atingido com esse conteúdo audiovisual”, compara Slaviero, destacando que a concorrência também tem aumentado.

Além de buscar atrair audiências cada vez mais disputadas e segmentadas, o setor também corre contra o tempo para passar do sinal analógico para o digital. O desligamento do sinal antigo terá início em 2016, a partir de cidades como Brasília e São Paulo, e seguirá até 2018.

Segundo Slaviero, em todas as cidades com mais de 50 mil habitantes já há emissora de televisão transmitindo em tecnologia digital. Falta, agora, garantir receptores compatíveis, a fim de que o cidadão não perca o acesso aos canais. Para isso, ele deverá trocar o aparelho de TV ou adquirir um conversor.

Neste ano, o governo publicou portaria detalhando o processo de desligamento e definindo a distribuição de conversores para as pessoas mais pobres. Como a frequência que deixará de ser usada após a digitalização, a faixa dos 700 mega-hertz (MHz), será leiloada para que as telecomunicações possam oferecer internet de alta velocidade, o Ministério das Comunicações indicou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) incluisse no leilão a obrigação de as empresas distribuírem o set-top-box (conversores).

Em entrevista à Agência Brasil, o presidente da Anatel, João Rezende, disse que 14 milhões de conversores serão distribuídos e que os dados só passarão a trafegar 12 meses após o desligamento do sinal, a fim de garantir que o uso da faixa não cause interferências no sinal da TV aberta. “O que nós estamos fazendo é limpando os canais, do 52 ao 69, e todo mundo que estiver lá vai para outro espaço, digitalizado”, explica.

Rezende avalia que as melhorias na infraestrutura, feitas para atender o mercado de telecomunicações, vai beneficiar a TV brasileira, com a garantia técnica para a implantação da TV digital. Além disso, “você tem as duas pontas atuando com incremento da indústria, que vai produzir mais televisores digitais, com a produção de mais set-top-box”, destaca.

“Nós teremos um incremento de todo o processo de produção industrial para

atender o mercado de telecom e o mercado de radiodifusão a partir de 2015, quando se inicia o processo de substituição da TV digital, a mudança dos canais, até 2018. Além, evidentemente, de o usuário experimentar uma tecnologia que a velocidade é duas, três vezes maior do que a experimentada no 3G”, explica Rezende.

Meios comunitários lutam para sobreviver

Se a digitalização e a oferta de mais serviços preocupa os meios comerciais, no campo da comunicação comunitária, a briga é pela sobrevivência. O comunicador comunitário Jerry Oliveira, 45 anos, era integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1993, quando participou de uma ocupação na região noroeste de São Paulo. Na avaliação dele, a cobertura do ato, feita pela imprensa, foi tendenciosa. “A gente percebeu o papel da mídia não como meio de comunicação, mas de difusão de valores de determinados segmentos conservadores da sociedade”, conta.

A indignação fez com que Jerry buscasse ocupar o que os movimentos chamam de “latifúndio do ar”: o sistema de radiodifusão brasileiro. Integrante do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, Jerry passou a integrar rádios livres e comunitárias, bem como o movimento que luta pela democratização da comunicação.

De acordo com a Lei 9.612/98, os veículos comunitários devem ter baixa potência (até 25 watts) e cobertura restrita ao raio de 1 quilômetro a partir da antena transmissora. Os limites fazem com que muitas rádios funcionem na ilegalidade, por isso organizações como a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) encampam a “Campanha por uma Nova Lei de Rádios Comunitárias no Brasil”.

Além dos limites de atuação, a busca pela sustentabilidade também afeta a vida desses veículos. Por isso, uma das propostas da campanha é permitir a arrecadação de verbas publicitárias, hoje proibida por lei.

Além dessas mudanças legais, os desafios também se referem aos conteúdos e à gestão. É necessário “um pouco mais de estímulo à produção e à distribuição e ao acesso de conteúdos associados à radiodifusão pública, à

radiodifusão comunitária, porque, ainda hoje, existem emissoras comunitárias que estão atreladas a grupos partidários ou grupos religiosos, ou não têm nenhuma condição estrutural para funcionamento”, explica Fernando Paulino.

Acompanhe

Amanhã (26), na terceira matéria da série especial sobre Comunicação, a Agência Brasil vai destacar a importância da comunicação pública para a promoção do acesso à informação, produção de conteúdos educativos, artísticos, culturais, científicos e informativos e estímulo à produção regional e independente.

Helena Martins

Acesse no site de origem: [Comunicação: TV e rádio enfrentam novos e velhos desafios \(Agência Brasil, 25/09/2014\)](#)